

A SITUAÇÃO DA POBREZA EM MOÇAMBIQUE: DIFERENCIAÇÕES REGIONAIS E PRINCIPAIS DESAFIOS

Joaquim Rafael Machava¹

Resumo:

Analisar as desigualdades de desenvolvimento regional em Moçambique é o objetivo deste artigo. Elas configuram-se em fator de pobreza absoluta a que se encontra votada a maioria da população. As regiões norte e centro do país, com abundantes recursos naturais, comportam um alto nível de pobreza absoluta. Estratégias e políticas sociais ativas e reativas devem ser adotadas para a promoção da justiça e equidade sociais.

Palavras chave: Desigualdades regionais, Índice de Pobreza, Moçambique, Programa.

Abstract:

THE POVERTY SITUATION IN MOZAMBIQUE: REGIONAL UNEQUITY AND MAJOR CHALLENGES

This article will analyze the unequal regions development in Mozambique as its objective. That situation is an important factor for absolute poverty for a lot of people in Mozambican's center and northern region where there are a lot of natural resources. The active and re-active strategies should be adopted to broaden the views of social justice and equal sharing of national resources and wealth.

Key words: Regional Unequal, Poverty rates, Mozambique, Program.

INTRODUÇÃO

Tanto os demógrafos quanto os economistas e acadêmicos em geral sentem que a sociedade atual caracteriza-se por uma distribuição espacial de injustiças sócio-ambientais e econômico-culturais.

Portanto, constitui-se consenso, entre os especialistas, em matéria de desenvolvimento humano a constatação de que, vivemos em um mundo de extraordinárias desigualdades de oportunidades, tanto no interior dos países quanto entre eles. “Até a oportunidade fundamental de viver é distribuída de forma desigual, *por exemplo*: enquanto menos de 0,5% de todas as crianças nascidas na Suécia morre antes de completar um ano de vida, quase 15% de todas as crianças nascidas em Moçambique não alcançam esse marco” (Banco, Mundial, 2006, grifos nossos). Esta realidade é notadamente triste e aterradora. Requerendo um redesenhar de estratégias sobre políticas de

¹ Licenciado em Ensino de História e Geografia pela Universidade Pedagógica em Maputo, Moçambique. No presente é pós-graduando em Geografia, área de organização do espaço na UNESP, Campus de Rio Claro. E-mail: joaquimmachava@yahoo.com.br. Cel: (19) 8153-7783.

desenvolvimento local e atos concretos dos países ricos em relação aos pobres para a sua inversão. Pois, tem implícita uma violação dos direitos humanos fundamentais, ou seja, os direitos humanos primários ou básicos.

O objetivo do presente artigo é: Analisar a situação da pobreza em Moçambique buscando as suas causas remotas e imediatas. Para tal, descreve as disparidades em termos de desigualdades de desenvolvimento por regiões.

Em termos específicos pretende caracterizar os modelos seguidos na concepção da pobreza ao longo do tempo e indicar os seus índices atuais em Moçambique.

Este quadro marca um esforço de contribuição científica no sentido de apresentar provas de que um amplo compartilhamento de oportunidades econômicas e políticas, também é importante para o crescimento econômico e o desenvolvimento; meio que poderá servir de estratégia de combate à pobreza absoluta, que tem sido a tônica de discursos políticos, sem, no entanto, adotarem-se instrumentos e mecanismos operacionais para a sua materialização; mas sim, se constituindo em mecanismos potenciais desse combate. O que alimenta a expectativa nunca satisfeita nas populações.

De acordo com o Banco Mundial (2006), não se pode falar de combater a pobreza sem promover a equidade que comporta dois princípios: O primeiro é o princípio de oportunidades iguais: porque as conquistas na vida de uma pessoa devem ser determinadas principalmente por seus talentos e esforços, e não por circunstâncias pré-determinadas como etnia, gênero, história social ou familiar ou ainda país de nascimento. O segundo princípio é a prevenção de privações de resultados, especialmente em saúde, educação e níveis de consumo.

A sua privação atrofia o desenvolvimento parcelar das suas vítimas os alicerces em que se assentaria o desenvolvimento nacional. Trata-se da privação do usufruto do que é intrínseco ao ser humano: as liberdades e o direito à vida condigna.

Pelo que se torna necessária a inversão de concepções, percepção e preconceitos, ou seja, deve ocorrer uma transformação de valores, atitudes, culturas políticas arraigadas por longos períodos e promover-se um desenvolvimento eqüitativo das pessoas e suas regiões, pois, desenvolvimento:

“é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. Nesta abordagem, a expansão da liberdade é considerada (1) o fim primordial e (2) o principal meio do desenvolvimento. Podemos chamá-los, respectivamente, ‘papel constitutivo’ e o ‘papel instrumental’ da liberdade no desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo: ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades básicas: é o processo de expansão das liberdades humanas, e sua avaliação tem de basear-se nessa consideração.” (SEN,1999, p.52).

Continuando, esclarece que:

“Nas visões mais estreitas de desenvolvimento (...), é comum indagar se a liberdade de participação e disseminação política é ou não

“conducente ao desenvolvimento”. À luz da visão fundamental do desenvolvimento como liberdade, essa questão parecia mal formulada, pois não considera a compreensão crucial de que a participação e a dissensão política são partes *constitutivas* do próprio desenvolvimento. Mesmo uma pessoa muito rica que seja impedida de expressar livremente ou de participar de debates e decisões públicas está sendo *privado* de algo que ela tem motivos para valorizar. (...) Essa consideração fundamental é distinta do argumento “instrumental” de que essas liberdades e direitos *também* podem contribuir muito eficazmente para o progresso econômico.” (SEN, 1999, p.53).

Sob esta formulação, se torna imprescindível à mudança de postura e estratégias de combate à pobreza em Moçambique, visto que o país aderiu às várias convenções internacionais em que se comprometeu adotar políticas de promoção e desenvolvimento humanos. Testemunha este fato, com um destes exemplos, Muchangos (2005) nos seguintes termos: “Moçambique participou em 1977 na Conferência de Alma Alta em que se definiu um padrão mundial para os cuidados de saúde”.

1. TRAJETÓRIA DA CONCEPÇÃO E PERCEPÇÃO DA POBREZA NA ACTUALIDADE

O debate sobre desenvolvimento não pode ser visto como uma questão pacífica. Por um lado, porque, enquanto predominou, o paradigma de desenvolvimento assente apenas no crescimento da renda *per capita* influenciou: (i) a forma como as políticas de desenvolvimento eram concebidas; (ii) as relações econômicas internacionais; (iii) o tipo de assessoria e assistência prestadas aos países em vias de desenvolvimento. A perspectiva economicista de desenvolvimento também inspirou as medidas impostas, durante muito tempo, a este grupo de países, como condição na concessão de assistência econômica, cujos pacotes de reforma, os célebres PREs, eram apresentados como receitas acabadas e infalíveis de desenvolvimento. Este modelo, com outras nomenclaturas, ainda prevalece em muitas situações, com adaptações cosméticas que procuram torná-lo, aparentemente, mais humano².

É assim que em Moçambique: “A partir de 1987, foi iniciado um programa de estabilização e ajustamento estrutural cujo objetivo é (*era*) o restabelecimento da produção e melhoria dos rendimentos individuais num processo de reformas profundas no sentido de lançamento de uma economia propulsão pela iniciativa privada e pelas forças do mercado”. (PARPA, 2001-2005, p. 2, *grifo nosso*).

A pobreza era, e continua a ser, na maior parte dos casos, definida e medida de acordo com esta abordagem economicista, a partir do rendimento *per capita* e familiar. Pobres, com rendimento inferior a 2USD/dia; indigentes, com menos de 1USD/dia. (PNUD, 2001).

O modelo de desenvolvimento baseado no chamado “Consenso de Washington”, que inspirou o pacote de reformas do Banco Mundial e do FMI na

² . Baseado no material disponibilizado pelo Professor Doutor Manuel de Araújo da UEM (Universidade Eduardo Mondlane) em Moçambique, a 17.3.05 quando da sua apresentação no Programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, sobre o tema: A população da África Sub - Sahariana: Tendências actuais.

década de 1980, preconiza uma gestão econômica assente unicamente nos mecanismos de mercado e no papel do sector privado, considerado como motor privilegiado e incontestado do crescimento econômico. Ele inclui: (i) a privatização dos activos públicos e a liberalização da economia; (ii) o redimensionamento do sector público; (iii) a redução dos défices orçamentais do Estado; (iv) a recuperação dos custos nos serviços sociais; (v) o equilíbrio das contas externas através de políticas viradas para a promoção de exportações. (ABRAHAMSSON, 1994, 123).

A evolução das economias da maior parte dos países em desenvolvimento, muito particularmente de África, a partir de meados da década de 1990, mostrou que estas medidas não eram suficientes para gerar desenvolvimento. Pelo contrário, elas acarretaram custos sociais elevados, pois afetaram de forma particular os pobres e engendraram um processo que contribuiu para o empobrecimento das classes médias, aumentando o número de pobres. Este fato resultou de processos sócio-espaciais cujos impactos sócio-ambientais agravam cada vez mais a situação de conforto e de qualidade de vida dos indivíduos visados. Reduzindo, ao final de contas a sua expectativa de vida.

Para o caso moçambicano, o Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA) constata, para corroborar esta visão, que:

A análise dos dados do Inquérito aos agregados familiares (IAF) de 1996/97 permitiu desenvolver um perfil detalhado da pobreza em Moçambique. A incidência da pobreza absoluta abrange em média cerca de 70% da população, sendo notáveis os desequilíbrios entre zonas urbanas e rurais e entre regiões. O IAF facilitou também a identificação dos determinantes principais da pobreza em Moçambique e são eles: (i) crescimento lento da economia até ao começo da década de noventa; (ii) fraco nível educacional dos membros dos agregados familiar em idade economicamente activa, com maior destaque para as mulheres; (iii) elevadas taxas de dependência nos agregados familiares; (v) baixa produtividade da agricultura familiar; (vi) falta de oportunidades de emprego dentro e fora do sector agrícola; e (vii) fraco desenvolvimento das infra-estruturas, em particular nas zonas rurais.

Além de sofrerem com uma pobreza material aguda, os pobres em Moçambique também enfrentam um elevado nível de vulnerabilidade aos choques naturais e econômicos. Esta dimensão da pobreza foi evidenciada pelos resultados trágicos das cheias que atingiram o país em 2000, bem como pelas carências causadas nos últimos anos pelos baixos preços no mercado internacional dos produtos agrícolas. (PARPA, 2001-2005, p.2).

Portanto, a contestação a este modelo surge da insatisfação com a definição clássica de desenvolvimento, que limita um processo extremamente complexo a uma determinada taxa de aumento da produção agregada, medida pelo PIB ou pelo PNB. Segundo esta concepção, basta que se observe um crescimento do PIB a uma determinada taxa para que o “desenvolvimento” esteja presente através do efeito multiplicador, vulgarmente conhecido por efeito “trickle down”.

A partir da última década do século XX começa a ser mais aceite a idéia de que o crescimento econômico, só por si, não leva, necessariamente, à satisfação de todas as necessidades de todos os indivíduos, como o demonstrou o notável crescimento econômico dos anos 1960-70, antes da crise do petróleo, que não foi acompanhado por alterações de relevo nas

condições de vida da maioria das pessoas e não reduziu o número de pobres e muito pobres (indigentes).

É neste debate que surge o conceito de “desenvolvimento humano” adotado pelo PNUD, e que já na década de 1960 o economista W. Arthur Lewis preconizava, quando argumentava que “a vantagem do crescimento econômico não é a de aumentar a felicidade das pessoas, mas sim a de poder alargar a gama de escolhas disponíveis aos seres humanos”³.

O argumento da perspectiva de desenvolvimento humano defende que o crescimento econômico não pode nem deve ser visto de forma isolada, pois ele só ganha relevância quando contribui para tirar as pessoas das condições de privação que se refletem:

Na redução dos índices de pobreza; na redução do desemprego e no alargamento do acesso a serviços sociais, como educação e saúde, e a bens e serviços essenciais como água potável, saneamento do meio, etc., portanto de satisfazer as suas necessidades básicas pelos seus próprios meios adquiridos na combinação de facetas decorrentes da apropriação da riqueza nacional e de seus resultados.

Sob esta perspectiva, Maslow (1945) apud Vargas, (2001, p.16), sustentando-se na teoria das necessidades básicas, para definir a qualidade de vida, para aquele autor, as necessidades humanas apresentam-se hierarquicamente da seguinte forma:

- a)- necessidades fisiológicas: fome, sono;
- b)- necessidades de segurança: estabilidade, ordem;
- c)- necessidade de amor e pertinência: família, amigos;
- d)- necessidade de estima: respeito, aceitação;
- e)- necessidade de auto-atualização: capacitação.

São necessidades básicas comprometidas para muitos milhões de seres humanos devido a vários fatores colaterais ao avolumar e sobreposição de crises na era contemporânea: crises ecológicas, políticas, econômicas e sociais que retardam o crescimento econômico e o desenvolvimento.

No geral, o nó de estrangulamento reside nas desigualdades de oportunidades para os cidadãos do mesmo país, elitização, nepotismo e exclusão social no processo de beneficiação dos resultados decorrentes da riqueza nacional. Processo que se transfigura e se manifesta em favoritismo para a ocupação de vagas e lugares estratégicos sob o ponto de vista econômico em detrimento das reais capacidades e competências humanas. Aí, a situação se complica, pois, vive-se em situações de “castas” sem que se seja indiano. A corrupção constitui-se em estandarte da competição desenfreada pela acumulação de riqueza fácil por minorias em exclusão da maioria.

A verificação desta constatação impele a um exame profundo das posturas políticas e sociais, porque, as desigualdades têm sido difíceis de quebrar por estarem tão diretamente ligadas às atividades da vida. São perpetuadas pela elite e, muitas vezes internalizadas pelos grupos marginalizados ou oprimidos, tornando mais difícil que os pobres consigam sair da pobreza. Daí que a “ação pública tem um papel legítimo de tentar ampliar as oportunidades daqueles que se deparam com as opções mais limitadas”. (Banco Mundial, 2006, p.3).

³ TODARO, Michael P., 1999. *Economics for a Developing World: An Introduction to Principles, Problems and Policies for Development*. London, Longman.

Pois suportam um fardo que transcende a sua real capacidade de suporte, o que chama atenção à partida para considerar que, quando se fala em crescimento econômico, a questão que se deve colocar é: até que ponto é que a acumulação crescente da riqueza material, medida pelo PIB, permite às pessoas:

Viverem sem carências; terem acesso a cuidados sanitários que lhes permitam prolongar a sua longevidade, serem suficientemente instruídas de forma a melhor contribuírem para o processo de desenvolvimento e usufruírem oportunidades em igualdade de circunstâncias.

Neste debate, em 1997 o Relatório Geral de Desenvolvimento Humano do PNUD, introduziu o conceito de “Índice de Pobreza Humana” (IPH) como um instrumento alternativo para a medição da pobreza. Ele surge como alternativa à medição da pobreza baseada apenas no consumo ou no rendimento. O IPH é uma medida composta que se concentra na medição das privações humanas segundo três dimensões:

Longevidade, escolarização e padrão de vida decente - % de pessoas sem acesso a água canalizada e aos serviços de saúde básicos e % de crianças com menos de 5 anos com peso deficiente. São indicadores de uma melhor qualidade de vida.

Guimarães (2005), sobre o mesmo assunto aponta que: atualmente, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), conceituamos “qualidade de vida” como “a percepção do indivíduo de sua posição na vida, no contexto da cultura e sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1994), apud Guimarães, (2005). Que acrescenta: Este conceito envolve uma pluralidade de dimensionamentos, abarcando seis níveis de domínios:

Domínio I – Domínio Físico; domínio II – Domínio Psicológico, domínio III – Nível de interdependência, domínio IV – Relações Sociais, domínio V – Meio Ambiente e domínio VI – Aspectos Espirituais/religião/crenças pessoais.⁴

Enquanto que Cutter (1995) apud Vargas, (2001), em relação ao conceito de qualidade de vida propõe o uso de indicadores de três ordens: sociais, ambientais e perceptivos.

Apesar de todo este debate sobre as políticas de crescimento e desenvolvimento econômico, e do fato de a medição da pobreza na maioria dos países de África ser feita de acordo com o IPH, a realidade é que as políticas que o BM, o FMI e os países do norte continuam a sugerir para os países africanos se baseiam nos modelos economicistas, embrulhados com alguns indicadores sociais. Na realidade continuam a insistir na privatização desenfreada de todos os sectores da economia; apontam e insistem na necessidade de privatizar os serviços sociais básicos e de reduzir, ao máximo, as despesas sociais; privilegiam todas as análises a partir do crescimento do PIB. Os dados que a seguir se apresentam sobre a pobreza em Moçambique consideram os elementos fundamentais do IPH.

2. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS INDICADORES

2.1 ÍNDICE DE POBREZA HUMANA EM MOÇAMBIQUE

⁴. (Ibidem).

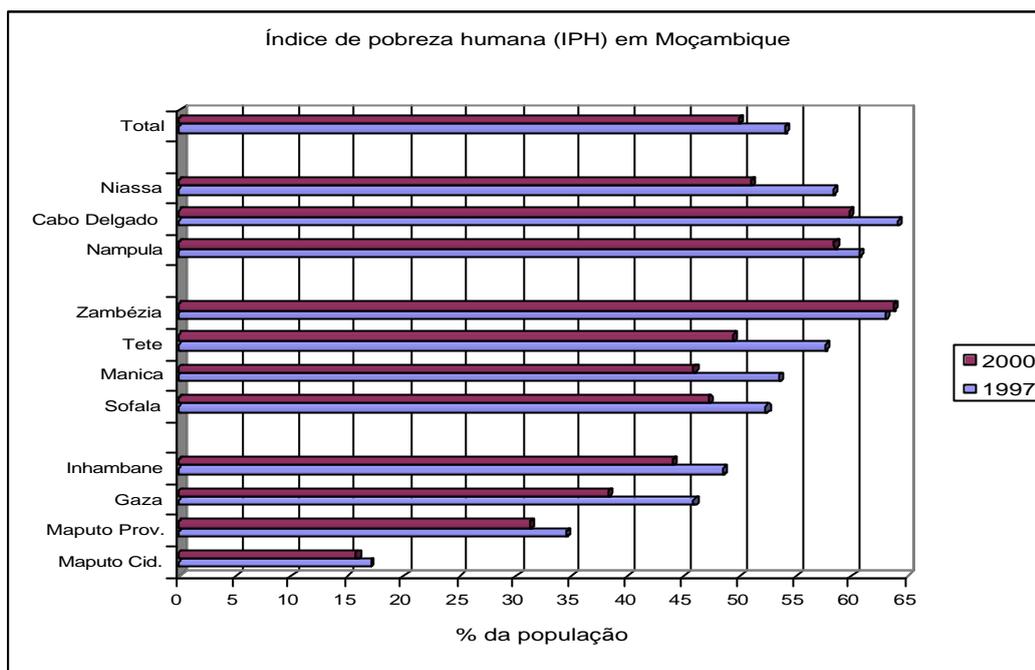


Figura 1: índice de pobreza humana (IPH) em Moçambique. Fonte: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001. Maputo, PNUD/INE

-Metade da população moçambicana é pobre, tendo em conta os indicadores do IPH;

-de 1997 para 2000 observou-se uma ligeira melhoria, com uma redução pouco significativa de 4%;

-a pobreza aumenta, nitidamente, de sul para norte. Aumenta com a distância da capital do país;

-as disparidades regionais são bastante pronunciadas;

-a província da Zambézia, considerada a potencialmente mais rica, é a mais pobre do país, e a única onde se assistiu a um agravamento da pobreza de 97 para 2000.

-as províncias do Norte, mais a Zambézia, têm mais de metade da sua população a viver na pobreza;

-apenas a cidade de Maputo apresenta um IPH inferior a 20%, mas superior a 15%.

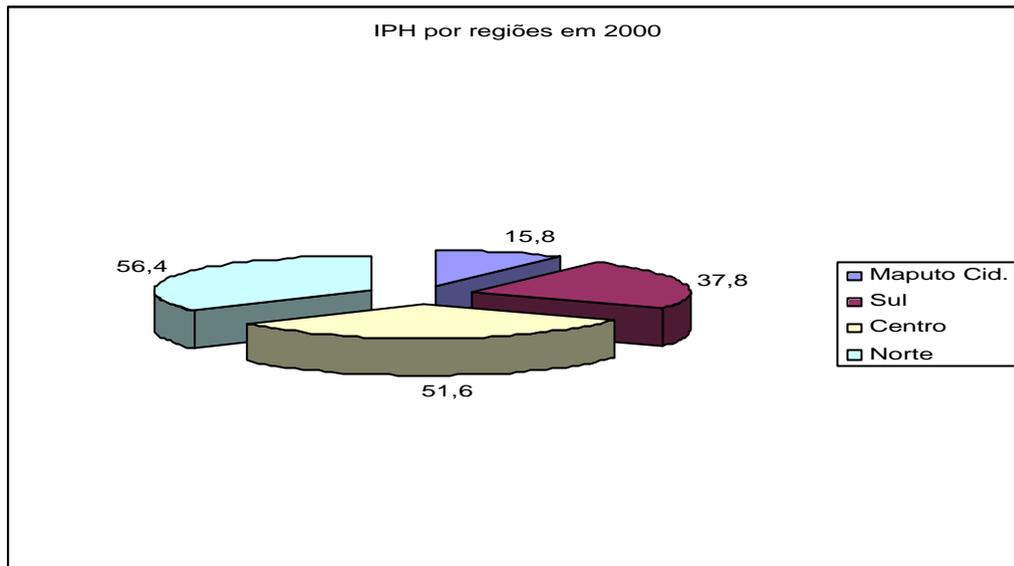


Figura 2: Índice de pobreza humana por regiões. Fonte: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001. Maputo, PNUD/INE

-É evidente a grande concentração da pobreza no norte e centro do país;

-estas duas são as regiões mais populosas e onde existem as maiores reservas de recursos naturais do país;

-mas são onde os investimentos são mais fracos;

-dificuldades de acesso muito pronunciadas;

-é evidente a submissão aos interesses dos investidores que apostam na cidade de Maputo e no sul, pelas condições de acessibilidade e aos mercados.

2.2 PRIVAÇÃO DE SOBREVIVÊNCIA

-Entre 1997 e 2000, a probabilidade de sobrevivência diminuiu ligeiramente no conjunto do país;

-entre as províncias esta variação foi bastante diversificada. A situação piorou substancialmente na cidade de Maputo, no sul, e nas províncias de Sofala, no centro, e Zambézia, Nampula e Cabo Delgado, no norte.

-Em parte devido ao impacto do HIV/AIDS.

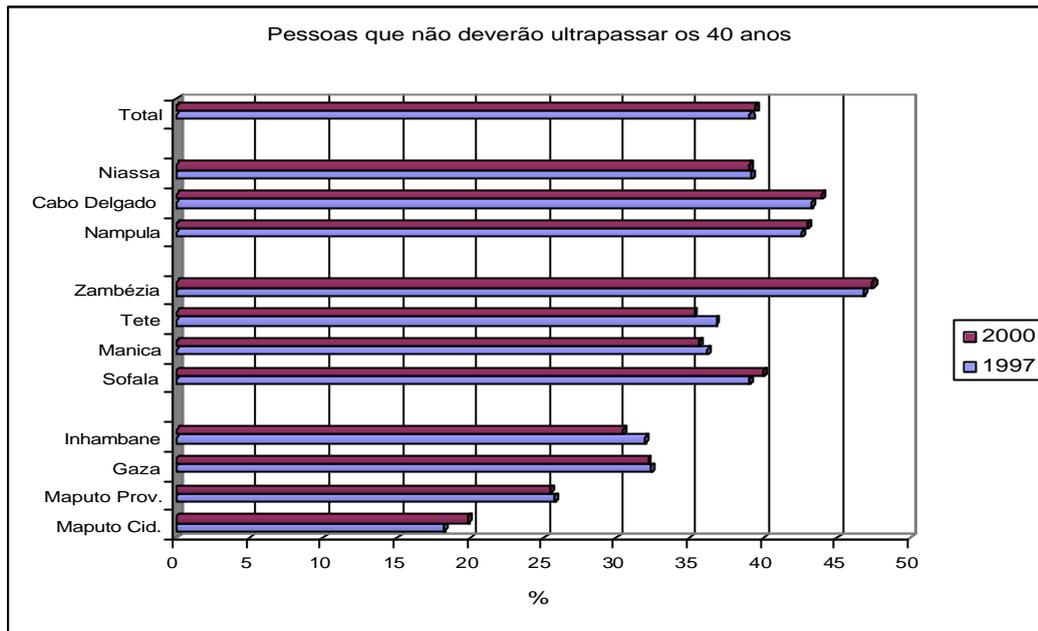


Figura 3: Pessoas que não deverão ultrapassar os 40 anos de vida. Fonte: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001. Maputo, PNUD/INE

2.3 PRIVAÇÃO DE CONHECIMENTO

- Mais de metade da população adulta do país é analfabeta;
- nas 3 províncias nortenhas mais a Zambézia, o analfabetismo ainda atinge mais de 60% da população com 15 anos e mais;
- de 1997 para 2000, a situação agravou-se na Zambézia e em Cabo Delgado;
- é notório o aumento do analfabetismo de sul para norte do país;
- este período coincide com um forte desinvestimento no ensino e com o aparecimento do sector privado na educação, que se concentrou nas cidades e no sul do país.

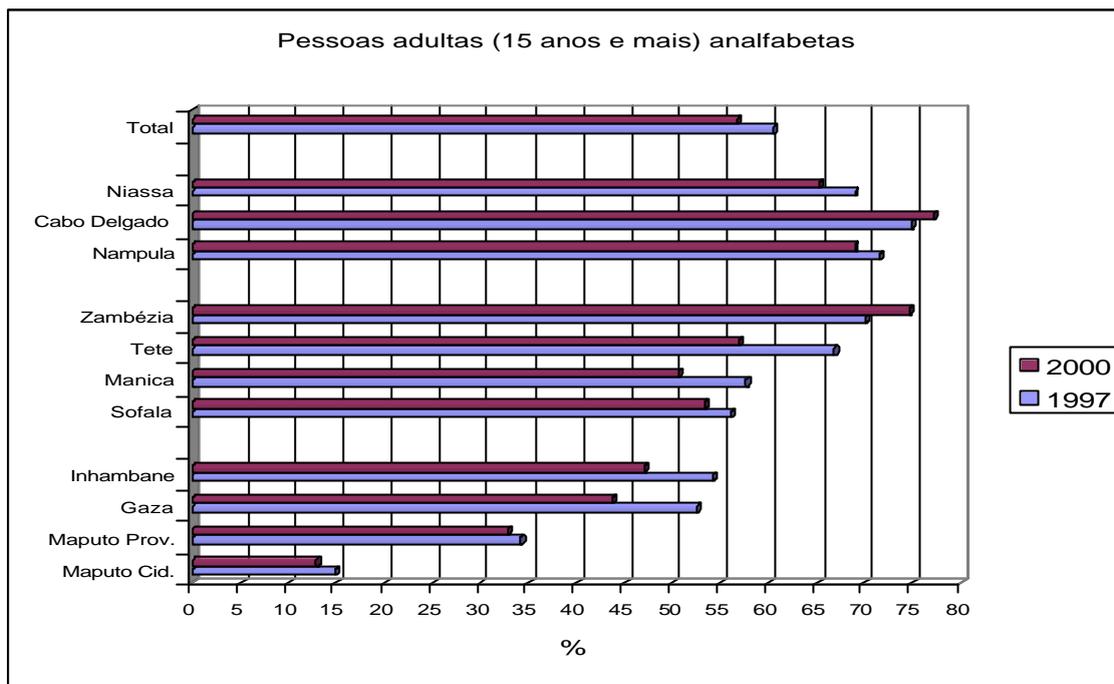


Figura 4: Pessoas adultas (15 anos e mais) analfabetas). Fonte: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001. Maputo, PNUD/INE

2.4 PRIVAÇÃO DE CONDIÇÕES DE VIDA ADEQUADAS

-Os números, apesar das críticas à análise quantitativa, são reveladores da situação precária numa grande parte da população moçambicana, pois mais de 60% não têm acesso a água potável;

-foi evidente esforço feito, entre 1997 e 2000, para fornecer água potável a mais população;

-mas esse esforço aumentou as disparidades entre o sul e o norte;

-a Zambézia é a que apresenta a situação mais dramática, apesar de ser a que possui mais recursos hídricos superficiais e não poluídos;

-é evidente a disparidade entre a cidade de Maputo, onde se encontra o poder político e económico, e o resto do país.

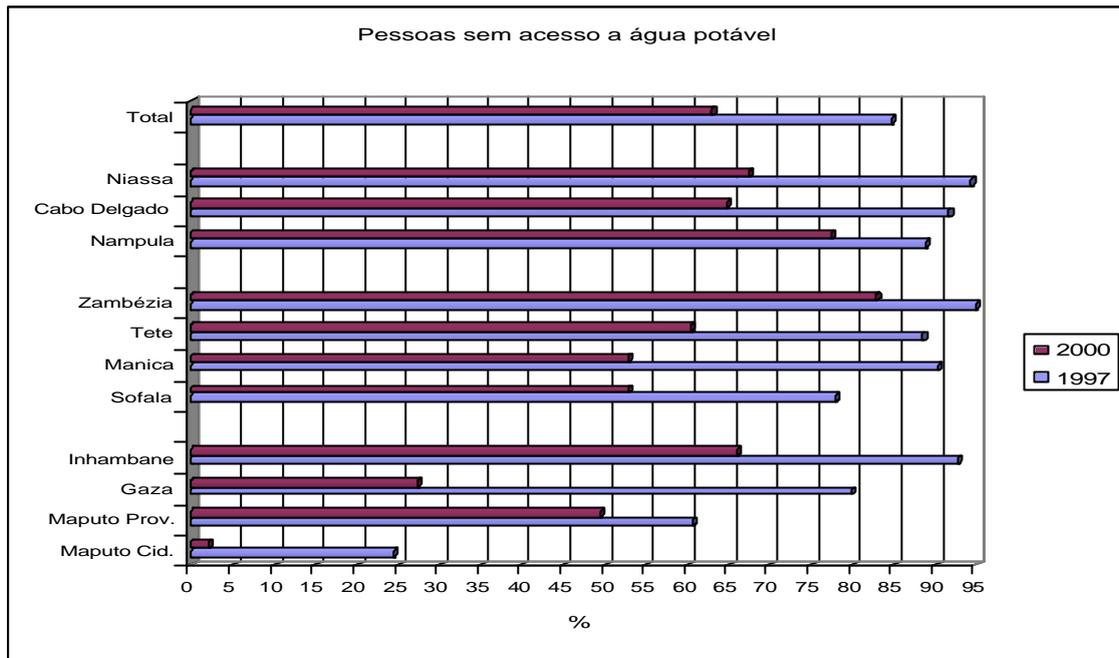


Figura 5: Pessoas sem acesso a água potável. Fonte: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001. Maputo, PNUD/INE.

-O acesso aos serviços de saúde apresenta uma tendência territorialmente diferente,

-no sul, com exceção da província de Gaza, e na província central da Zambézia, a situação piorou de 1997 para 2000;

-as melhorias observadas nas províncias do norte e do centro, assim como em Gaza, deve-se, fundamentalmente à ação de diversas ONG's humanitárias que trabalham com a população nas áreas de saúde pública, de prevenção ao HIV/AIDS e de saúde sexual e reprodutiva.

-Contudo a situação ainda é muito precária, pois um pouco mais de 70% dos moçambicanos não têm acesso a serviços de saúde;

-a deterioração da situação na cidade de Maputo tem a ver com o forte aumento da população sem que fosse acompanhado com novos investimentos públicos no sector, assim como coincide com o aumento da medicina privada.

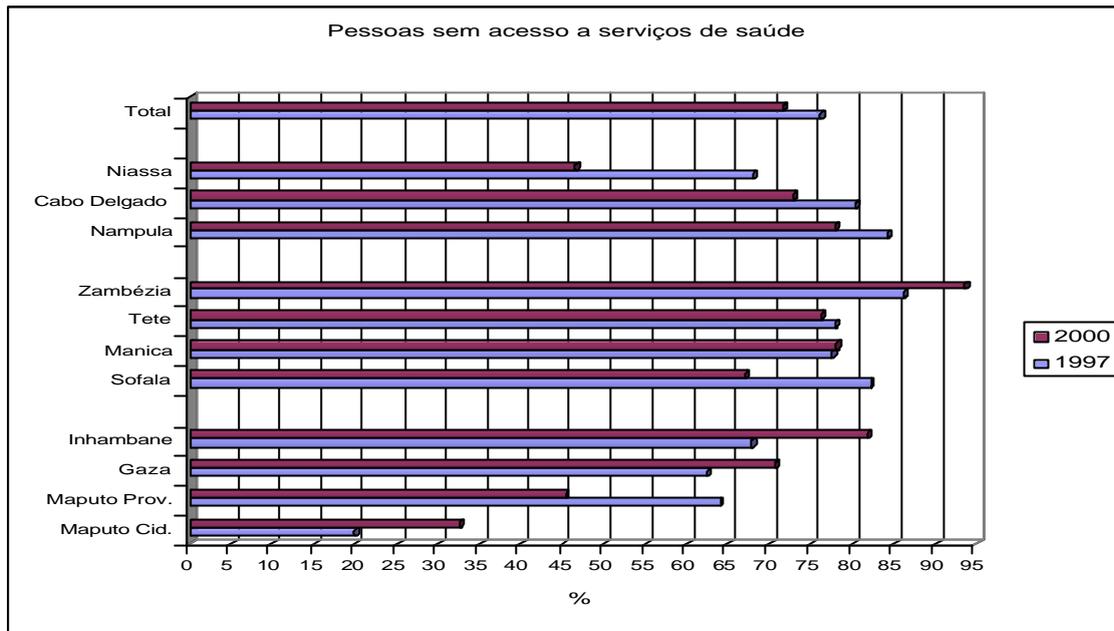


Figura 6: Pessoas sem acesso a serviços de saúde. Fonte: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001. Maputo, PNUD/INE.

2.5 DIMENSÃO MÉDIA DOS AGREGADOS FAMILIARES

-Quanto mais pobre maior é o número de pessoas no agregado familiar, quer na cidade, quer no campo;

-os agregados urbanos são sempre maiores que os rurais, o que é uma tendência nacional resultante da dinâmica migratória do campo para a cidade como fruto da instabilidade política que durante 16 anos afetou o país, particularmente as áreas rurais;

-esta dinâmica aumentou a pobreza das famílias no campo, por perda de elementos ativos e conseqüente redução da produção e produtividade;

-assim como teve o mesmo efeito nas famílias urbanas, pois aumentou o número de pessoas sem o correspondente aumento de rendimento, assim como diminuiu o acesso a serviços, por aumento de procura.

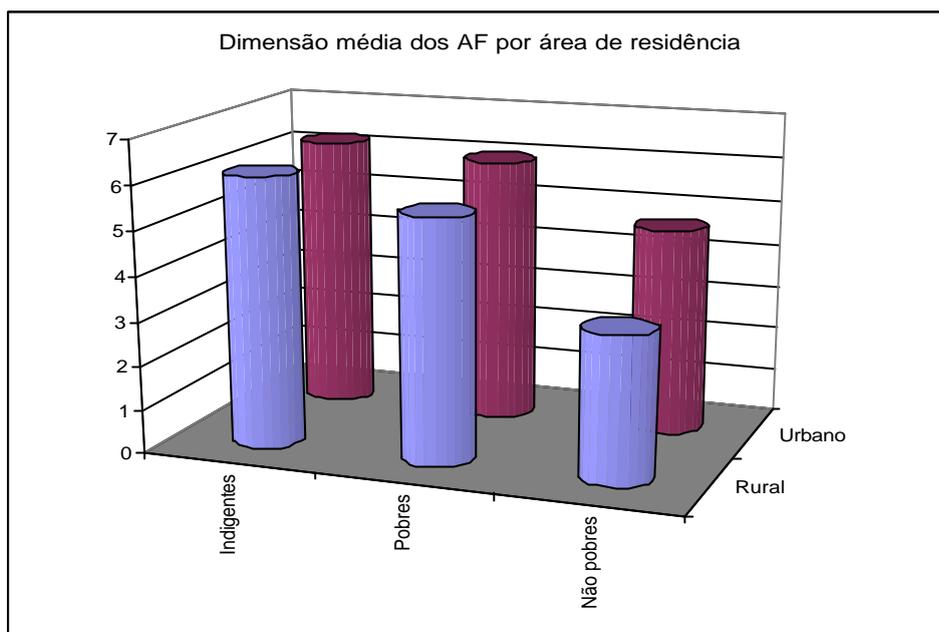


Figura 7: Dimensão média dos (Agregados familiares) AF por área de residência. Fonte: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001. Maputo, PNUD/INE.

2.6 RECEITA MENSAL PER CAPITA

Este indicador tem que ser visto com muito cuidado, pois ele esconde diferenças extremamente importantes entre pessoas com rendimentos muito elevados, menos elevados e extremamente baixos. Contudo pode dar algumas indicações do nível de precariedade das receitas por pessoa.

O salário mínimo oficial em Moçambique, nas áreas urbanas situa-se entre os 900 mil e 1 milhão de meticais (entre 45 e 50 USD); nas áreas rurais (agricultura) é de cerca de metade.

Apenas o rendimento médio mensal *per capita* da cidade de Maputo se aproxima de um salário mínimo.

No entanto existem muitas pessoas que têm um rendimento mensal igual a 100 salários mínimos. Um funcionário público com a categoria de técnico médio auferir entre 8 a 10 salários mínimos. Mas um professor primário só tem 5 salários mínimos.

Isto revela até que ponto os grupos menos favorecidos da população têm que sobreviver com receitas mensais irrisórias, de forma a obterem-se as médias apresentadas pela informação estatística.

Para suprir as necessidades básicas da vida, as pessoas, nos centros urbanos como Maputo, desenvolvem vendas de produtos diversos em todas as esquinas potenciais de incrementar as receitas familiares. Estas vendas vão desde as bebidas alcoólicas de produção caseira até industriais, assim como produtos alimentares frescos e não só. Nas esquinas dos locais de intensa movimentação de pessoas como terminais de transportes, escolas, hospitais é frequente encontrar vendedores destes artigos. O perigo desta operação é que as pessoas se expõem o dia todo ao sol. Estando, por isso, propensas às doenças cancerígenas, o que agrava a sua saúde e reduz cada vez mais a sua expectativa de vida. (Figuras 9, 10, 11 e 12).

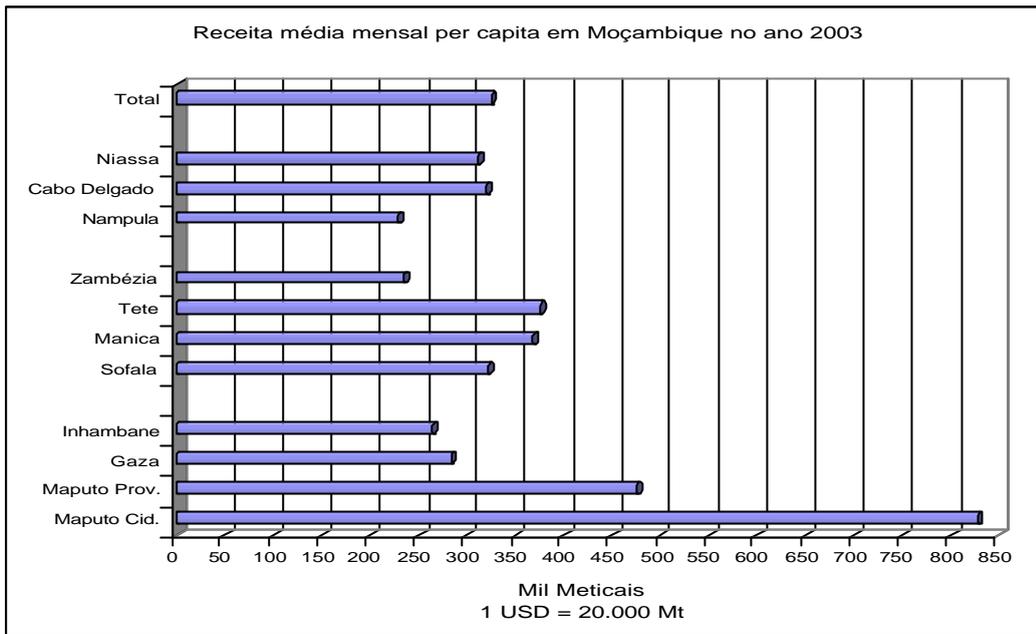


Figura 8: Receita média mensal per capita em Moçambique no ano de 2003. Fonte: Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano 2001. Maputo, PNUD/INE



Figura 9: O exercício do comércio informal, uma das fontes de geração de resíduos, ao longo da Avenida do trabalho, partilha a via pública com os automóveis. O perigo está eminente para os peões que podem ser atropelados a qualquer momento. Os restos de produtos agrícolas perecidos são jogados ao longo da calçada. Foto: Autor Janeiro de 2006.



Figura 10: O comércio informal é uma das formas de geração de resíduos que são jogados diretamente no chão, constituindo-se em uma forma de poluição ambiental. Fonte: Autor, Janeiro de 2006.



Figura 11: Crianças, jovens, mulheres e homens, expõem-se ao sol desde o amanhecer até ao entardecer em busca de rendimentos para suprir as necessidades fisiológicas. Fonte: Autor, 2005.



Figura 12: O comércio informal ocorre em qualquer esquina da cidade de Maputo, aonde se espera existir potenciais consumidores: Estes segmentos apostaram em usar a varanda da empresa transportadora Oliveiras para o seu mercado preferencial. De frente uma via pública bastante movimentada que pode constituir-se em risco para as pessoas. Fonte: Autor (2006)



Figura 13: A pobreza no meio rural impele os indivíduos a procurar a vida fazendo caça furtiva, provocando incêndios em APAS. Fonte: Madyo Couto in Ferreira (2004).



Figura 14: A pobreza no meio rural impele os indivíduos a procurar a vida fazendo garimpagem de ouro.

3. O PAPELA DAS ELITES SOBRE A POBREZA E AS DESIGUALDADES

As elites políticas e econômicas, apesar de não ignorar a situação de extrema pobreza em que vive a maioria da população, pouco têm feito em termos de ações incisivas sobre os males que a pobreza acarreta à sociedade. No entanto, os discursos políticos, com objetivos específicos, referem-se a este combate de uma forma persistente. Trata-se de um combate potencial, portanto.

Agregando a visão de Reis (2000), a esta análise, encontramos razão de ser destas atitudes e postura no combate à pobreza que graça a maioria dos cidadãos no mundo atual; pois, ele ensina que:

Como não se perguntar, por exemplo, sobre os fundamentos da solidariedade social em sociedades que exibem níveis de desigualdades tão acentuados [...]? A pergunta clássica da Sociologia, 'O que torna possível a sociedade?', é inevitável quando se observa que as experiências de vida de diferentes setores da população são tão discrepantes e muitas vezes incomensuráveis. O que é que preserva o *status quo*? Como e por que uma dada ordenação social se torna aceitável ou legítima? Parece bastante claro que a capacidade de empatia decresce significativamente à medida que nos diferenciamos socialmente do outro. Isso explica, embora não justifique moralmente, por que as tragédias e vicissitudes que abalam a classe média repercutem muito mais na mídia que aquelas que vitimam as classes mais baixas. Se há baixa capacidade de empatia entre setores muito díspares da sociedade, como se resolve a questão da cooperação?

A este respeito é de considerar que a cooperação e a solidariedade sociais perderam-se com a adoção da economia de mercado, em seu lugar nasceu a concorrência. E, nesta concorrência observa-se a "lei da selva", isto é, só ganham os mais fortes, as elites.

Neste contexto se observa uma negligência na análise e formulação de políticas sociais, assim como na análise de como grupos e setores particulares vivenciam e interpretam a pobreza e as desigualdades. O papel das elites não pode ser subestimado nem deveria ser negligenciado, pois a sua postura é fundamental e decisiva na formulação e implementação de políticas sociais equitativas. Porque as elites ocupam posições estratégicas em processos decisórios e que detêm poder de fato que é exercido soberanamente sobre um território. Daí que para legitimá-lo deveriam assumir, através da vontade política, desafios adversos que visem introduzir mais justiça e equidade na governação, ou seja, imprimir mudanças de postura e atitudes no processo de gestão pública.

Esta mudança seria forma de expressar o reconhecimento do outro como homem livre, igual e portador de direitos, o que permite a pluralidade de cidadãos se reunindo em uma terceira via, que promova a extensão da cidadania do plano político-institucional para os demais planos, como o econômico, o social, o cultural e o familiar, mostrando que, ao pensar coletivamente, cada cidadão tem o direito de influir no destino de sua comunidade, inclusive prestando contas das ações realizadas. www.coc.com.br (2006, p.27). Porque, e, segundo Banco Mundial, (2006, p.3).

Maior equidade sugere uma operacionalidade econômica, redução de conflito, maior confiança e melhores instituições, com benefícios dinâmicos para o investimento e crescimento. Na medida em que esses benefícios forem ignorados, os formuladores de políticas poderão acabar escolhendo muito pouca equidade.

Há uma necessidade de promoção da equidade e justiça sociais porque as camadas mais baixas que são a maioria e constitui a alavanca das elites para o alcance do poder político no contexto da alternância do poder através de pleitos eleitorais, é que são vítimas da pobreza e dos seus efeitos colaterais. Nesta perspectiva Reis (2000) ensina que: "[...] a descrença na capacidade do Estado como agente coletivo para implementar soluções sociais dificulta a formulação de consciência social. Isso nunca impediu, porém, que as elites se mobilizassem junto a esse mesmo Estado para fazer valer seus interesses específicos".

Apesar desta prerrogativa que as elites detêm de se impor a todo o custo, não é socialmente saudável que se reproduzam camadas de insatisfeitos e milhares de almas mutiladas, para o bem da própria estabilidade em longo prazo. Visto que, as conseqüências de danos em almas humanas, sob variadas formas de injustiças, são imprevisíveis. Aliás, já se demonstrou tal constatação em África com vários exemplos de aparente estabilidade por mais de quatro décadas, mas, quando a situação se tornou extrema e insuportável, foi difícil de conter.

Porque, de acordo com visões sociológicas, há que reconhecer que “A consciência de que possuímos direitos, combinada com a forma de se exercer a cidadania, faz do indivíduo um forte, capaz de vencer qualquer “poder” que o incomoda em sua dignidade, em sua individualidade” www.coc.com.br (2006, p.27). Que em conclusão sentencia que: “Há que se construir instituições hábeis não apenas para reconhecer os direitos fundamentais, mas, sobretudo, para lhes emprestar instrumentos cada vez mais eficientes para sua concretização”.

Portanto, é lícito aconselhar no sentido de se estabelecer em curto prazo uma coerência entre a ordem jurídica bem estabelecida que sirva de instrumento significativo de melhoria social e a prática quotidiana, por que toda a teoria se torna saudável quando prestar contas à prática.

Ou melhor: é preciso incluir os excluídos no contrato social, reinventando uma nova forma de desenvolvimento social. Porque, Segundo o professor Boaventura de Sousa Santos na Folha de São Paulo, (21/05/2001) apud www.coc.com.br (2006, p. 27):

A extrema polarização da riqueza em muitos países está criando uma forma de convivência semelhante à produzida pelas sociedades fascistas tradicionais, manifestada na convivência com o medo e no colapso total das expectativas, que é o fato de a pessoa viver sem saber se amanhã estará viva, se terá emprego, se terá liberdade. Este tipo de convivência, segundo o sociólogo, não está sendo produzido por um Estado fascista: o Estado é democrático, há partidos, há assembleias, há leis, há instituições públicas, mas simplesmente, há uma população, cada vez maior, que não tem acesso a esses direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As disparidades regionais em termos de desenvolvimento são acentuadas em Moçambique. As regiões norte e centro, com potencialidades em termos de recursos naturais e, fontes geradoras da riqueza nacional, são as menos desenvolvidas. Tal fato se deve à concentração de investimentos internacionais na zona sul onde se localiza a capital do país. Por outro lado mesmo na região sul, as camadas sociais menos favorecidas constituem a maioria e, vivem numa situação de extrema pobreza ou de indigência.

Agravam o fenômeno os baixos índices de rendimentos agrícolas a base de sobrevivência de mais de 70% da população moçambicana. Por outro lado, é insatisfatória a oferta dos serviços sociais básicos como a educação e saúde para a maioria da população, o que origina privação aguda aos benefícios dos resultados da riqueza nacional.

Nos centros urbanos a maioria dos trabalhadores é constituída por pessoas não qualificadas, cujos rendimentos não ultrapassam o salário mínimo que nem chega para a aquisição de uma cesta de alimentos para o agregado familiar por uma semana.

Como formas de sobrevivência ocorrem processos de vendas informais de vários artigos, em todas as esquinas, em situações sócio-ambientais inadequadas, o que concorre para a eclosão de muitas doenças que se constituem em um problema de saúde pública. São alguns exemplos destas enfermidades transmissíveis: a cólera, diarreia, malária, entre outras.

Esta situação deve ser invertida para assegurar um desenvolvimento eqüitativo do país, através de políticas públicas reformistas acompanhadas de uma gestão ética e responsável. Um aspecto particularmente pertinente é o processo de concepção, planejamento e articulação das ações de desenvolvimento que deverão ser conjugadas com os dispositivos legais e a competência técnica. Ou seja, deve-se fazer uma dupla leitura no processo de planejamento: leitura técnica e leitura comunitária. A primeira deve visar à perfeição e operacionalidade dos instrumentos legais disponíveis para promover ações de desenvolvimento e, a segunda deve basear-se nas necessidades específicas de cada comunidade, região, área ou setor. Por exemplo, deve-se ter a real dimensão de serviços educacionais, de saúde, de saneamento, necessários em cada espaço geográfico.

Atenção especial deverá ser dada à visão sobre como gerir os conflitos decorrentes da implementação dessas medidas ou planos reformistas tendo em vista a promoção de justiça social que se baseie na satisfação das necessidades da maioria da população que são pessoas de baixa renda.

Porque o planejamento e a gestão deverão ser tomados como verso e reverso da mesma moeda no processo de ampliação da justiça social. Pois o primeiro requer, como se sublinhou uma análise totalizante e compreensível da realidade sobre a qual se realizarão as ações de desenvolvimento em longo prazo. Enquanto que gestão é a ação do dia a dia que envolve a qualidade dos gestores, sua cultura ética, integridade profissional e moral e seu compromisso com a causa da maioria e bens públicos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Manuel G. Mendes de. **A cidade de Maputo espaços contrastantes: do urbano ao rural**. Maputo, UEM, (Faculdade de letras) Departamento de Geografia-Centro de estudos da população, 2005.
- ABRAHAMSSON, Hans. et. al. **Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992**. Maputo: PADRIGO, 1994.
- BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial: visão geral, equidade e desenvolvimento**, Washington, D.C. 2006.
- GUIMARÃES, Solange T. de Lima. Nas trilhas da qualidade: Algumas idéias, visões e conceitos sobre qualidade ambiental e de vida. **Revista GEOSUL** [UFSC-Florianópolis], n. 40, junho-dezembro de 2005 [no prelo].
- PARPA, (2001-2005). **Plano de acção para a redução da pobreza absoluta, 2001-2005**. Maputo, 2001.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Washington, D.C., 2001.

REIS, Elisa P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [on-line] 2000, 15 n. 42 [acessado em 2006-08.29], pp. 143-152.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Scwarcz, 1999.

VARGAS, Heliana Comim. **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**, São Paulo: EDUSP, 2001.

<http://www.coc.com.br> 2006 [acessado a 29.08.2006].

Recebido em agosto de 2006.
Aprovado em julho de 2007.

Recebido: 09/2006
Publicado: 08/2007